



SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

RESOLUÇÃO SUDECO Nº 21, DE 28 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a descentralização de crédito no âmbito da SUDECO e entidades da Administração Pública Federal, integrantes do Orçamento Fiscal da Seguridade Social da União.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelo artigo 12, I e IV da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, pelo artigo 7.º, I e IV do Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014 e pelo artigo 2.º, II da Resolução nº 4, de 21 de maio de 2012 e considerando o disposto no Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, resolve:

Do objeto e do âmbito da aplicação

Art.1º Esta Resolução dispõe sobre a descentralização de créditos entre a Sudeco e órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de Termo de Execução Descentralizada - TED, com vistas à execução de ações de interesse recíproco ou de interesse da Sudeco, enquanto unidade descentralizadora ou descentralizada.

Parágrafo único. A descentralização de créditos de que trata esta Resolução configura delegação de competência para a unidade descentralizada promover a execução de programas, projetos ou atividades com recursos identificados no Orçamento da Autarquia.

Das definições

Art. 2º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - termo de execução descentralizada - TED - instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos

estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática;

II - ressarcimento de despesa - descentralização de crédito para reembolso por despesa realizada anteriormente pela unidade descentralizada;

III - denúncia do TED - manifestação de desinteresse ou desistência por um dos partícipes;

IV - rescisão - extinção do TED em decorrência:

a) do inadimplemento das cláusulas pactuadas;

b) da constatação de irregularidade em sua execução;

c) de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que impeça a execução do objeto; ou

d) da verificação de outras circunstâncias que ensejem a tomada de contas especial.

V - relatório de cumprimento do objeto - documento apresentado pela unidade descentralizada para comprovar a execução do objeto pactuado e a aplicação dos créditos orçamentários descentralizados e dos recursos financeiros repassados; e

VI - custos indiretos - custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED, tais como:

a) aluguéis;

b) manutenção e limpeza de imóveis;

c) fornecimento de energia elétrica e de água;

d) serviços de comunicação de dados e de telefonia;

e) taxa de administração; e

f) consultoria técnica, contábil e jurídica.

Da descentralização

Art. 3º A descentralização de créditos orçamentários de que trata esta Resolução será motivada e terá as seguintes finalidades:

I - execução de programas, de projetos e de atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração mútua ou de interesse da Sudeco;

II - execução de atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora (Sudeco); ou

III - ressarcimento de despesas.

§ 1º As descentralizações de crédito de que tratam os incisos I e II do **caput** serão realizadas por meio da celebração de TED.

§ 2º É vedada a descentralização de créditos para pagamentos decorrentes de sentenças judiciais, nos termos do disposto no art. 100 da Constituição.

§ 3º É dispensável a celebração de TED para a descentralização de crédito:

I - de até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), para as finalidades de que tratam os incisos I e II do **caput**;

II - de quaisquer valores, para a finalidade de que trata o inciso III do **caput**;

III - para aquisição e contratação de bens e de serviços ou o desenvolvimento e manutenção de plataformas tecnológicas em que a execução contratual seja centralizada por meio da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia; ou

IV - entre as unidades gestoras cujos órgãos sejam integrantes do Sistema de Comunicação

Art. 4º Nas hipóteses de dispensa de celebração de TED de que trata o § 3º do art. 3º, a descentralização dos créditos orçamentários pela Sudeco será realizada por meio da emissão da nota de movimentação de crédito e, posteriormente, da nota de programação financeira.

§ 1º As notas a que se refere o **caput** serão registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

§ 2º Na descentralização de créditos de que trata o inciso I do § 3º do art. 3º, é vedado o fracionamento de descentralizações para a consecução de um único objeto.

§ 3º As informações referentes à execução dos créditos recebidos integrarão as contas anuais da unidade descentralizada a serem apresentadas aos órgãos de controle, nos termos da legislação.

Das competências

Art. 5º Das competências na formalização do TED, no âmbito da Sudeco:

Quando a Sudeco for a DESCENTRALIZADORA dos recursos orçamentários e financeiros

I – Ao Gabinete do Superintendente, compete:

- a) receber a demanda com a solicitação de descentralização do crédito;
- b) autuar o documento no SEI; e
- c) enviar o processo à DPA para análise e emissão de parecer acerca da viabilidade do pleito.

II - À Diretoria de Planejamento e Avaliação - DPA compete:

- a) receber o processo enviado pelo Gabinete;
- b) analisar e emitir parecer conclusivo de aprovação do pleito e quanto ao seu enquadramento com os programas, projetos e ações da Sudeco;
- c) avaliar e aprovar o Plano de Trabalho, em conformidade com o disposto no art. 7º desta Resolução, e emitir parecer acerca da viabilidade do objeto constante do Plano de Trabalho;
 - c - 1. Caso o parecer conclusivo seja **favorável**, enviar o processo à Diretoria de Administração – DA, para manifestação quanto a disponibilidade orçamentária;
 - c - 2. Caso seja **desfavorável**, enviar o resultado da análise ao solicitante.
- d) quando o objeto do TED se relacionar a aquisição de equipamentos, obra ou serviço de engenharia, a DPA envia o processo à DIPGF para análise e emissão de parecer acerca da viabilidade do pleito;
- e) receber o processo enviado pela DIPGF, com o TED formalizado;
- f) comunicar ao órgão solicitante a celebração do TED e enviar instruções acerca da sua execução;
- g) solicitar à DA a liberação dos recursos orçamentários e financeiros;
- h) acompanhar e avaliar, no decorrer de sua vigência, a execução do objeto para o devido cumprimento do TED, inclusive quanto à regular aplicação dos recursos, propondo medidas necessárias para reorientar ações ou aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas;

i) acompanhar a vigência do TED e fazer gestões junto a unidade descentralizada, quanto a necessidade de prorrogação da vigência;

j) aprovar a prorrogação da vigência do TED, inclusive de ofício, quando necessário, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto n° 10.426/2020;

l) aprovar as alterações no TED, vedada a alteração do objeto;

m) solicitar relatórios parciais de cumprimento do objeto ou outros documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando necessário;

n) analisar e manifestar-se sobre o relatório de cumprimento do objeto apresentado pela unidade descentralizada;

o) avaliar e emitir parecer após o encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, acerca do resultado alcançado com a execução do objeto e quanto a regular aplicação dos recursos do TED; e

p) enviar o processo para a DA, considerando o resultado da análise final das contas do TED, para as providências quanto os devidos ajustes de natureza contábil, orçamentária, financeira, ou a formalização e instauração de Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

III - À Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos - DIPGF compete:

a) recepcionar o processo enviado pela DA;

b) providenciar a formalização e celebração do TED;

c) providenciar as assinaturas do Superintendente e da autoridade solicitante, para celebração do TED;

d) providenciar a publicação do TED no site da Sudeco em até 20 (vinte) dias após a assinatura do TED;

e) após a publicação do TED encaminhar o processo à DPA para adoção das providências que lhe cabem; e

f) quando o objeto do TED contemplar ao mesmo tempo capacitação, arranjo produtivo, aquisição de equipamentos, obras ou serviços de engenharia as providências de acompanhamento caberão à DPA e à DIPGF; e

g) quando o objeto do TED se relacionar a aquisição de equipamentos, obras ou serviços de engenharia, a DIPGF, no que couber, adotará as providências constantes das alíneas do inciso II deste artigo.

IV - À Diretoria de Administração - DA, compete:

a) atestar a disponibilidade orçamentária;

b) após a disponibilização orçamentária devolver o processo à diretoria solicitante desta providência;

c) descentralizar os créditos orçamentários e financeiros, quando solicitados pela DPA ou DIPGF de acordo com o cronograma de desembolso e de acordo com a indicação da diretoria;

d) efetuar os lançamentos no SIAFI, sobre as alterações, prorrogações de vigência e no encerramento do TED, quando solicitados pela diretoria; e

e) adoção das providências relacionadas à instauração da TCE ou aos ajustes nos sistemas, em conformidade com os pareceres da DPA ou DIPGF, acerca do resultado alcançado na execução do objeto e da regular aplicação dos recursos do TED, em conformidade com o disposto no Decreto n° 10.426/2020.

Quando a Sudeco for a unidade DESCENTRALIZADA dos recursos orçamentários e financeiros, hipótese em que ocorrerá a celebração de convênio ou contrato de repasse conforme as indicações contidas no respectivo TED

V – Ao Gabinete do Superintendente, compete:

- a) recepcionar a demanda do MDR ou de outro órgão, com a solicitação de formalização do instrumento TED;
- b) providenciar a autuação do documento no SEI em dois processos, o primeiro abrigará toda a documentação inerente ao TED em si, o segundo será utilizado para formalização de convênio ou de contrato de repasse relacionado ao TED;
- c) enviar o primeiro processo à DA para adoção das providências relacionadas à formalização do TED junto ao Órgão descentralizador do crédito; e
- d) enviar o segundo processo à DIPGF, para abertura da Plataforma +BRASIL, com vistas a formalização de convênio ou contrato de repasse e demais providências, em conformidade com a Portaria Interministerial nº 424/2016.

VI - À Diretoria de Planejamento e Avaliação - DPA compete, quando o objeto do TED se relacionar à capacitação ou a arranjo produtivo:

- a) recepcionar o processo enviado pela DIPGF;
- b) analisar a proposta quanto ao seu enquadramento com os programas, projetos e ações da Sudeco e quanto a viabilidade do objeto, emitindo parecer conclusivo com vistas a formalização do convênio;
- c) analisar e aprovar o Plano de Trabalho, em conformidade com o disposto no art. 7º desta Resolução;
 - c-1. Caso o parecer conclusivo seja **favorável**, enviar o processo à DIPGF para providenciar a formalização do convênio;
 - c-2. Caso seja **desfavorável**, enviar o resultado da análise ao solicitante e concluir o processo no SEI.
- d) após a formalização do Convênio, recepcionar o processo enviado pela DIPGF, para as providências relacionadas ao acompanhamento, em conformidade com a Portaria Interministerial nº 424/2016;
- e) comunicar ao conveniente a celebração do convênio;
- f) acompanhar e avaliar, no decorrer da vigência do convênio, a execução do objeto para o devido cumprimento do TED, inclusive quanto à regular aplicação dos recursos, propondo medidas necessárias para reorientar ações ou aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas;
- g) durante a execução do convênio, fazer gestões junto à unidade descentralizada, quanto a necessidade de prorrogação da vigência do TED;
- h) aprovar a prorrogação da vigência do TED e do convênio, inclusive de ofício, quando necessário, nos termos do disposto no art.10 do Decreto nº 10.426/2020;
- i) aprovar as alterações no convênio, vedada a alteração do objeto;
- j) solicitar relatórios parciais de cumprimento do objeto ou outros documentos necessários à comprovação da sua execução, quando necessário;
- l) analisar e manifestar-se sobre o relatório de cumprimento do objeto apresentado pelo conveniente;
- m) após o encerramento da vigência do convênio ou da conclusão da execução do objeto, o

que ocorrer primeiro, será emitido relatório de cumprimento do objeto que será apresentado à unidade descentralizadora; e

n) enviar o processo à DA para a avaliação da prestação de contas quanto a boa e regular aplicação dos recursos do convênio, em conformidade com a Portaria Interministerial nº 424/2016.

VII - À Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos - DIPGF compete:

- a) recepcionar o processo enviado pelo Gabinete;
- b) abrir a Plataforma +BRASIL para o proponente inserir a proposta, com vistas a celebração de convênio ou contrato de repasse;
- c) quando se tratar de processo relacionado a capacitação ou arranjo produtivo, enviar o processo à DPA para as providências constantes das alíneas "d" e "c", do inciso anterior;
- d) providenciar a formalização do convênio ou contrato de repasse, em conformidade com a Portaria Interministerial nº 424/2016;
- e) após a publicação do extrato do convênio, encaminhar o processo à DPA, nos casos em que o objeto do convênio se relacione com capacitação ou arranjo produtivo;
- f) nos convênios relacionados a aquisição de equipamentos, obras ou serviços de engenharia, acompanhar e avaliar, no decorrer da vigência do TED e do convênio, a execução do objeto para o seu devido cumprimento, inclusive quanto a regular aplicação dos recursos, propondo medidas necessárias para reorientar ações ou aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas;
- g) acompanhar a vigência do TED e do convênio e fazer gestões junto ao conveniente, quanto a necessidade de prorrogação da vigência;
- h) aprovar a prorrogação da vigência do TED e do convênio, inclusive de ofício, quando necessário, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 10.426/2020;
- i) aprovar as alterações no TED e no convênio, vedada a alteração do objeto;
- j) solicitar relatórios sobre a execução do objeto ou outros documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando necessário;
- l) analisar e manifestar-se sobre o relatório de cumprimento do objeto apresentado pelo conveniente;
- m) avaliar e emitir parecer após o encerramento do TED e do convênio ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, acerca do resultado alcançado com a execução do objeto e quanto a regular aplicação dos recursos do TED e do convênio; e
- n) enviar o processo à DA para a avaliação da prestação de contas quanto a boa e regular aplicação dos recursos do convênio, em conformidade com a Portaria Interministerial nº 424/2016.

VIII - À Diretoria de Administração, compete:

- a) providenciar a formalização e celebração do TED junto ao Órgão descentralizador do crédito;
- b) publicar o TED no site da Sudeco;
- c) efetuar os lançamentos no SIAFI, quando solicitados pela DIPGF ou DPA sobre as alterações, prorrogações de vigência ou no encerramento do TED;
- d) em conformidade com os pareceres da DPA ou DIPGF, acerca do resultado alcançado na execução do objeto, analisar a prestação de contas quanto a boa e regular aplicação dos recursos do convênio, em conformidade com a Portaria Interministerial nº 424/2016;
- e) considerando o resultado da análise final das contas do convênio, providenciar os

lançamentos de natureza contábil, orçamentária e financeira;

f) no caso de **reprovação** das contas, providenciar a devida instauração e formalização da Tomada de Contas Especial; e

g) comunicar à unidade descentralizadora do TED, o resultado da execução física e financeira do empreendimento.

Art. 6º Compete à unidade descentralizada:

I - elaborar e apresentar o plano de trabalho;

II - apresentar a declaração de capacidade técnica necessária à execução do objeto;

III - apresentar a declaração de compatibilidade de custos;

IV - executar os créditos orçamentários descentralizados pela Sudeco e os recursos financeiros recebidos;

V - aprovar as alterações no TED;

VI - zelar pela aplicação regular dos recursos recebidos e assegurar a conformidade dos documentos, das informações e dos demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional;

VII - citar a unidade descentralizadora quando divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do TED, quando necessário;

VIII- dar conhecimento à unidade descentralizadora de qualquer impropriedade ou irregularidade na execução do objeto do TED;

IX- encaminhar à unidade descentralizadora:

a) relatório de acompanhamento da execução do objeto, quando solicitado; e

b) o relatório final de cumprimento do objeto, no prazo de 120 dias, contado da data do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

X - Devolver à unidade descentralizadora, até **15 (quinze) dias antes da data estabelecida para encerramento** do exercício financeiro, os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados;

XI - Devolver os créditos orçamentários e os recursos financeiros, no prazo de **30 (trinta) dias, contados da data** do encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro;

XII - Disponibilizar os documentos comprobatórios da aplicação regular dos recursos oriundos do TED aos órgãos de controle e à unidade descentralizadora;

XIII - As disposições contidas no item XI não se aplicam às descentralizações efetivadas após a data estabelecida para encerramento do exercício financeiro, hipótese em que os partícipes acordarão nova data para a devolução dos créditos;

XIV - Instaurar a tomada de contas especial, na hipótese de:

a) identificação de indícios de atos de improbidade que importem enriquecimento ilícito ou que causem lesão ao erário; o

b) solicitação da unidade descentralizadora, ou dos órgãos de controle em decorrência da identificação dos indícios a que se refere a alínea "a"; ou

c) inexecução total ou parcial do objeto pactuado, quando não houver a comprovação da devolução dos recursos financeiros.

Parágrafo Único - Na hipótese de que trata a alínea "b", a unidade descentralizada iniciará os procedimentos de instauração da tomada de contas especial no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento da comunicação da unidade descentralizadora (Sudeco) ou dos órgãos de controle.

Do Plano de Trabalho

Art. 7º O plano de trabalho integrará o TED e conterá, no mínimo:

I - a descrição do objeto;

II - a justificativa;

III - o cronograma físico, com a descrição das metas e dos produtos pactuados, as unidades de medida, a quantidade e os valores unitários e totais;

IV - o cronograma de desembolso;

V - o plano de aplicação consolidado até o nível de elemento de despesa;

VI - a identificação das unidades descentralizadora e descentralizada, com discriminação das unidades gestoras;

VII - a identificação dos signatários;

VIII - a identificação da(s) localidade(s) beneficiada(s) com o projeto; e

IX - o público-alvo ou beneficiado.

§ 1º O plano de trabalho será analisado quanto à viabilidade, aos custos, à adequação ao programa e à ação orçamentária e ao período de vigência.

§ 2º É permitido o pagamento de despesas relativas a custos indiretos necessários à consecução do objeto, no limite de 20% (vinte por cento) do valor global pactuado, mediante previsão expressa no plano de trabalho.

§ 3º O limite de que trata o § 2º poderá, excepcionalmente, ser ampliado pela unidade descentralizadora, nos casos em que custos indiretos superiores sejam imprescindíveis para a execução do objeto, mediante justificativa da unidade descentralizada e aprovação da unidade descentralizadora.

§ 4º Na hipótese de execução de forma descentralizada, a proporcionalidade e as vedações referentes aos tipos e percentuais de custos indiretos observarão a legislação aplicável a cada tipo de ajuste.

§ 5º Na análise de custos de que trata o § 1º, se entender necessário, a unidade descentralizadora poderá solicitar à unidade descentralizada informações adicionais para justificar os valores dos bens ou dos serviços que compõem o plano de trabalho.

Das cláusulas necessárias

Art. 8º São cláusulas necessárias do instrumento jurídico TED, as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos, em consonância com o plano de trabalho aprovado e assinado, que integrará o termo celebrado;

II - as obrigações dos partícipes;

III - a vigência, fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas;

IV - os valores e a classificação funcional programática;

V - a destinação e a titularidade, quando for o caso, dos bens adquiridos, produzidos ou construídos em decorrência da descentralização de créditos e dos bens remanescentes quando da conclusão ou extinção do ajuste, observada a legislação pertinente; e

VI - as hipóteses de denúncia e rescisão.

Parágrafo único. Outras obrigações decorrentes de especificidades do programa ou da ação

orçamentária ou de atos normativos da unidade descentralizadora constarão como cláusulas específicas do TED.

Da vigência

Art. 9º O prazo de vigência do TED não será superior a sessenta meses, incluídas as prorrogações.

§ 1º Excepcionalmente, a vigência do TED poderá ser prorrogada por até 12 (doze) meses, além do prazo previsto no **caput**, mediante justificativa da unidade descentralizada e aceite pela unidade descentralizadora, nas hipóteses em que:

I - tenha ocorrido atraso na liberação dos recursos financeiros pela unidade descentralizadora;

II - tenha ocorrido paralisação ou atraso na execução do objeto pactuado em decorrência de:

a) determinação judicial;

b) recomendação de órgãos de controle; ou

c) em razão de caso fortuito, força maior ou interferências imprevistas.

III - o objeto destine-se à execução de obras, de projetos e de serviços de engenharia.

§ 2º A prorrogação de que trata § 1º será compatível com o período necessário para conclusão do objeto pactuado.

§ 3º Na hipótese de atraso na liberação dos recursos, o TED será prorrogado de ofício pela Sudeco, em prazo limitado ao período de atraso.

Da celebração e da assinatura

Art. 10. São condições para a celebração do TED:

I - motivação para a execução dos créditos orçamentários;

II - aprovação prévia do plano de trabalho;

III - indicação da classificação funcional programática à conta da qual ocorrerá a despesa, por meio de certificação orçamentária;

IV - apresentação da declaração de compatibilidade de custos dos itens que compõem o plano de trabalho; e

V - apresentação da declaração de capacidade técnica da unidade descentralizada.

Parágrafo único. No instrumento jurídico TED, constará a indicação da classificação funcional programática à conta da qual ocorrerá a despesa, por meio de certificação orçamentária, hipótese em que a nota de movimentação de crédito (NMC) será emitida após a publicação do termo, com a indicação obrigatória do número de registro do TED junto ao SIAFI.

Art. 11. Na formalização de TED celebrado com a Sudeco, se utilizará os modelos padronizados de que trata o art. 25 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, ficando facultada a dispensa de análise jurídica.

Parágrafo único. O TED será assinado pelo Superintendente da Sudeco e pelo dirigente máximo da unidade descentralizada da administração pública federal.

Art. 12. A unidade descentralizadora e a unidade descentralizada disponibilizarão, em seus

sítios eletrônicos oficiais e em Boletim Interno, no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data da assinatura do instrumento jurídico, o TED celebrado e o plano de trabalho atualizado, na íntegra.

Parágrafo único. Os eventuais termos aditivos ao TED serão assinados pelos partícipes e seus extratos serão publicados no sítio eletrônico oficial e em Boletim Interno, da Sudeco e da unidade descentralizada, no prazo a que se refere o caput.

Das alterações

Art. 13. O TED poderá ser alterado mediante proposta formal e justificada, a ser apresentada, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto aprovado.

§ 1º As alterações serão aprovadas pela unidade descentralizadora e pela unidade descentralizada, observada a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado.

§ 2º As alterações no plano de trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED, poderão ser realizados por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovados pela unidade descentralizadora e descentralizada.

§ 3º Em conformidade com o § 3º do Art. 15 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, as alterações que impliquem acréscimo ou decréscimo no valor do TED não se submetem ao limite estabelecido no [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).

Da execução e acompanhamento

Art. 14. A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados pela Sudeco, para o desenvolvimento de programas, de projetos e de atividades de interesse da Autarquia, será realizada em conformidade com o estabelecido no TED, em observância ao plano de trabalho e a classificação funcional programática, e poderá ser:

I - direta, por meio da utilização da força de trabalho da própria unidade descentralizada;

II - por meio da contratação de particulares, observadas as normas para licitação e contratos da administração pública; ou

III - descentralizada, mediante a celebração de convênios ou contratos de repasses, visando o desenvolvimento da Região Centro-Oeste e observada a legislação aplicável a cada tipo de instrumento, com Estados, Municípios ou com o Governo do Distrito Federal, e mediante previsão expressa no TED.

Art. 15. A Sudeco suspenderá a descentralização dos recursos na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do TED, e estabelecerá o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da suspensão, para que a unidade descentralizada apresente justificativas.

§ 1º Após o encerramento do prazo previsto no **caput**, a Sudeco se manifestará quanto as justificativas apresentadas pela unidade descentralizada, e sobre a possibilidade da retomada da execução do objeto, ou sobre a rescisão do TED.

Art. 16. O TED poderá ser denunciado a qualquer tempo, hipótese em que os partícipes ficarão responsáveis somente pelas obrigações pactuadas e auferirão as vantagens do período em que participaram voluntariamente do TED.

Art. 17. São motivos para rescisão do TED:

I - o inadimplemento de cláusulas pactuadas;

II - a constatação, a qualquer tempo, de irregularidades em sua execução; e de circunstâncias que ensejem a instauração de tomada de contas especial; ou

III - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, mediante comprovação, impeça a execução do objeto.

Art. 18. Nas hipóteses de denúncia ou de rescisão do TED, os créditos orçamentários e os recursos financeiros transferidos pela Sudeco e não executados no objeto deverão ser devolvidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do evento.

Parágrafo único. Na hipótese de ter havido execução orçamentária e financeira, a Sudeco (como unidade descentralizadora) solicitará à unidade descentralizada a apresentação do relatório de cumprimento ou não do objeto do TED, e a devolução do saldo dos recursos, se houver, observado o prazo estabelecido no **caput**, sob pena de abertura de procedimentos administrativos para avaliar eventual dano causado ao erário e a sua responsabilização, e quando for o caso, a consequente instauração de Tomada de Contas Especial.

Art. 19. A avaliação dos resultados de TED celebrado com a Sudeco será efetuada por meio da análise de relatório de cumprimento do objeto a ser apresentado pela unidade descentralizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

§ 1º A análise pela Sudeco, de relatório de cumprimento do objeto apresentado pela unidade descentralizada, ocorrerá no prazo de 180 (cento e oitenta dias) contado da data do recebimento do relatório.

§ 2º Na hipótese de subdescentralização dos créditos, pela unidade descentralizada, em que o relatório de cumprimento do objeto não seja aprovado pela Sudeco, ou que seja identificado desvio de recursos, a Sudeco solicitará que a unidade descentralizada providencie procedimentos administrativos para avaliar o dano causado ao erário, sua responsabilização, e a consequente instauração da Tomada de Contas Especial.

Art. 20. As informações referentes à execução dos créditos descentralizados integrarão as contas anuais da Sudeco a serem prestadas aos órgãos de controle, por meio de relatório de gestão, e contemplarão a expectativa inicial e final pretendida com a descentralização, assim como, os aspectos referentes à execução dos créditos e recursos recebidos e transferidos.

Art. 21. Na hipótese de haver divergências entre as unidades descentralizadora e descentralizada na execução do TED, os órgãos solicitarão à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União a avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação.

Art. 22. O TED será operacionalizado na Plataforma +BRASIL, a partir da data estabelecida por ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Parágrafo único. Esta Resolução será atualizada sempre que a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia editar normas complementares necessárias à operacionalização do TED.

Art. 23. Os dispositivos desta Resolução poderão ser aplicados aos TED celebrados anteriormente à data de sua publicação, por meio de termo aditivo, desde que haja benefício à execução do objeto.

Parágrafo único. À exceção das disposições do **caput**, os TED firmados anteriormente à data de publicação deste Decreto permanecerão regidos pelas disposições:

I - do [Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993](#);

II - do [Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007](#)

Art. 24. Ficam revogadas a Portaria nº 79, de 24 de março de 2016 e a Portaria nº 89, de 5 de março de 2018.

Art. 25. Esta Resolução entrará em vigor em 1º de junho de 2021.

NELSON VIEIRA FRAGA FILHO

Superintendente



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Vieira Fraga Filho, Superintendente**, em 29/04/2021, às 18:39, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://bit.ly/292Spi1>, informando o código verificador **0236242** e o código CRC **48DD2CA8**.